

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE ARTES E
COMUNICAÇÃO SOCIAL GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL**

BIANCA DE OLIVEIRA PIRES

**CULTURA NA FRESTA: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL
VIADUTO DE REALENGO**



Universidade Federal Fluminense

**NITERÓI
2023**

BIANCA DE OLIVEIRA PIRES

**CULTURA NA FRESTA: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL
VIADUTO DE REALENGO**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Produção Cultural da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção
do Grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Marildo Nercolini

**Niterói
2023**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P667c Pires, Bianca de Oliveira
Cultura na fresta: ocupação do espaço cultural viaduto de
realengo / Bianca de Oliveira Pires. - 2023.
46 f.: il.

Orientador: Marildo José Nercolini.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social,
Niterói, 2023.

1. Ocupação cultural. 2. Espaço cultural. 3.
Territorialidade. 4. Realengo. 5. Produção intelectual. I.
Nercolini, Marildo José, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III.
Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO
CULTURAL

ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao **trigésimo dia do mês de junho de 2023** , às **catorze horas**, realizou-se de forma remota (online), em conformidade com resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Fluminense - CEPEX/UFF nº 637/2022 e 1.59/2022 - a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado **Cultura na Festa: Ocupação do Espaço Cultural Viaduto de Realengo**, apresentado por **Bianca de Oliveira Pires**, matrícula **217033062**, sob orientação do(a) **Dr. Marildo Jose Nercolini**. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

1º Membro (Orientador(a)/Presidente): **Dr. Marildo Jose Nercolini**

2º Membro: **Dr. Wallace de Deus**

3º Membro: **Me. Sandro Rosa**

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):

Aprovado

Reprovado

Com nota final após arguição: 10.0 (DEZ)

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:

Presidente da Banca

AGRADECIMENTOS

À minha família, sem a força que eles me passam eu não teria chegado até aqui. Mãe, obrigada pelo colo, por ouvir minhas reclamações em momento de crise e pelos sacrifícios que eu sei que você fez para me ajudar a ter uma base emocional, psicológica e financeira durante toda a faculdade. Pai, obrigada por me estimular a frequentar espaços culturais desde pequena, e que isso se tornasse uma parte importante de quem sou hoje. Agradeço pelas horas que passamos no telefone, pelas dicas, sugestões e elogios que melhoraram minha autoestima intelectual no processo de escrita e também pelos constantes questionamentos de "Ei, como vai seu TCC?", que me lembravam que tinha que terminá-lo logo.

Vó, foi muito difícil te perder no meio de um ano momento tão turbulento como foi o de 2020. Mas mesmo com a senhora não estando mais aqui, tenho certeza que de algum lugar você está me vendo e está muito orgulhosa de mim, e essa é uma das principais coisas que me dá forças para continuar seguindo o caminho que acho o certo.

Às amizades feitas na UFF, pelas memórias que tivemos dentro e fora da sala de aula, mesmo que elas tenham sido interrompidas pela pandemia, com cada um se despedindo a distância da faculdade. Também aos amigos de longa data, que sempre me apoiaram e incentivaram minha pesquisa, principalmente os que são moradores da nossa tão amada Zona Oeste.

Ao meu orientador Marildo Nercolini, pela confiança, pelo conhecimento transmitido e pela paciência comigo em todas as vezes que tive que adiar o Trabalho Final 2 para o próximo semestre. E por apresentar excelentes textos, que mudaram minha visão de mundo, desde a época que era apenas uma aluna numa de suas aulas remotas em 2021.

Agradeço também a todos os fazedores de cultura de Realengo - vocês me inspiram, e foram parte essencial para este trabalho - principalmente a minha amiga Marcele Oliveira, que foi minha companheira no trajeto Realengo x Niterói no início de faculdade, e que me indicou ao trabalho junto com o Espaço Cultural Viaduto de

Realengo, e também à Oberdan Mendonça, por ter me cedido a entrevista que foi norteadora para o capítulo final, por ter sido sempre muito receptivo comigo e, claro, pelo trabalho incrível que ele faz com o Viaduto.

RESUMO

O presente trabalho se trata de uma pesquisa sobre as ocupações culturais no bairro de Realengo, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, com o foco no Espaço Cultural Viaduto de Realengo (ECVR). Busca-se contextualizar as manifestações culturais em Realengo, apontando questões de políticas públicas que já são antigas para os moradores da região, também abrangendo conceitos como territorialidade e democracia cultural. A visibilidade dada aqui para o ECVR demonstra como a gestão cultural é importante, mesmo quando é aprendida “na marra” e sem o apoio direto do poder público. Além de destacar as redes de apoio que são formadas por outras ocupações e espaços culturais da região, sabendo que a cultura “feita na fresta” só pode ser realizada através do lema “nós por nós”.

Palavras-chave: cultura; ocupação cultural; espaço cultural; Realengo; territorialidade; gestão cultural; poder público.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Mapa de Realengo via satélite (Google Maps).....	14
Figura 2 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição em 1930.....	17
Figura 3 - (esq.) Cine-Theatro Realengo em 2009 e Cine-Theatro Realengo em 2019 (Google maps).....	18
Figura 4 - (esq.) foto de Seu Aloysio Gomes e (dir.) grafite feito no ECVR em homenagem a ele,.....	21
Figura 5 - Imagem do Google Maps da região próxima ao ECVR, representado pelo ponto em vermelho.....	25
Figura 6 - Vânia Maria (Lata Doida) dando seu depoimento para Websérie “Uma Ponte Cultural”	35
Figura 7 - (esq.) Honk in Rio (2019) e (dir.) Roda de Samba (2017).....	37
Figura 8 - Arte de divulgação da sessão de “Medida Provisória” no ECVR.....	38

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
1. “ALÔ, ALÔ, REALENGO”: SITUANDO O ESPAÇO CULTURAL VIADUTO DE REALENGO	
1.1 Contexto Histórico e Resgate da Memória de Realengo.....	14
1.2 Novo Viaduto, Novas Oportunidades.....	20
1.3 Disputas Territoriais em Terras Realengas.....	24
2. “TRANSFORMAI AS VELHAS FORMAS DO VIVER”: NOVO OLHAR PARA A TERRITORIALIDADE.....	27
3. “EU SIGO UM MOVIMENTO QUE PRA MIM É NATURAL, DE RESISTÊNCIA CULTURAL”: DIÁLOGO COM OS FAZEDORES DE CULTURA DE REALENGO.....	34
REFLEXÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

APRESENTAÇÃO

Ao entrar na faculdade de Produção Cultural, me deparei com novos conceitos de cultura que eram muito mais abrangentes do que eu podia imaginar. Vi que cultura estava por todos os lados, que não precisava ser só através da arte, e muito menos de uma arte institucional, dentro de museus, cinemas e teatros. Todos temos cultura, ela está em todos os cantos, de todas as cidades, seja no centro ou nas periferias. Mesmo com a desvalorização que os movimentos culturais e artísticos de lugares periféricos sofrem, cabe reafirmar o seu valor e a sua relevância.

Desde criança fui ensinada que se quisesse frequentar os espaços culturais do Rio de Janeiro, teria que me deslocar até o Centro ou a Zona Sul, seja através de passeios da escola ou com os meus pais. Sempre fui muito estimulada a ir em museus nesses locais, e até hoje gosto muito de frequentá-los, mas sinto que toda essa admiração por espaços culturais que são mais elitizados acabou me afastando do que estava bem diante dos meus olhos, nas ruas que eu passava todos os dias. Só quando me afastei, ao ir estudar em Niterói - a quase 40 km de casa - que pude abrir minha mente para ver as potências que existiam em meu próprio bairro.

Por mais que sempre visse muitas manifestações culturais em Realengo, principalmente músicas, como as rodas de pagode e samba, elas não eram vistas de fato como expressões culturais, mas sim como festas, e até mesmo como “vagabundagem” para alguns. Perceber que existem tantos artistas e espaços invisibilizados na minha região, que têm tanta gana para se expressar e contar sobre suas vivências através da arte, é o que me motiva a acreditar que valorizar nosso território e trazê-lo para a academia é o que faz a pesquisa valer a pena.

Na Zona Oeste, e em outras zonas marginalizadas da cidade, percebemos que, para nos fortalecermos, a cultura precisa ser feita em rede, em espaços e atividades que realmente nos fazem sentir que estamos realizando algo em comunidade. O público desses espaços culturais não fica ali apenas admirando uma obra, como espectadores, mas sim fazendo parte dela, cantando, dançando, conhecendo novas pessoas, criando um grupo e se sentindo acolhido, mesmo que seja sua primeira

vez no espaço sua presença já é ativa. E esse é um passo muito importante para fazer a cultura rodar, e chamar cada vez mais pessoas para a luta da resistência cultural. Sabemos que não é fácil manter um espaço cultural sem dinheiro e sem investimento governamental, mas o que fortalece é saber que estaremos todos juntos, e que temos direito ao lazer e a termos acesso a manifestações culturais feitas por nós mesmos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho acadêmico foi escrito com a intenção de colocar o bairro de Realengo como nosso personagem principal, o que torna essencial o saber de suas histórias e de suas raízes. Portanto, no primeiro capítulo é apresentado um breve contexto histórico do bairro, com mapas e fotografias. Nele, apresento as marcas que o bairro carrega até hoje por ter sido uma importante região para a família real até o início do século XIX e posteriormente, por passar a ser dominado pela presença de áreas militares, que ainda ocupam diversos espaços do bairro até hoje.

Também abordo a questão de outros espaços culturais que já existiram - e alguns ainda existentes - em Realengo ao longo dos anos, até chegar na ocupação embaixo do “novo viaduto”, que foi construído em 2012 e logo no ano seguinte se tornaria o local de ocupação do “Espaço Cultural Viaduto de Realengo”.

No segundo capítulo vemos como as disputas de território se tornam importantes ao redor do ECVR, e como os conceitos de territorialidade de Haesbaert e de heterotopia de Foucault se encaixam para ajudar a entender o território como algo que vai além do espaço físico/geográfico em si e de sua funcionalidade, incorporando fortemente os elementos simbólicos, a partir da atribuição de sentidos e valores pelas pessoas que passam a usar esse espaço.

Neste mesmo capítulo também é abordado o conceito de “democracia cultural”, utilizado por autores como Marilena Chaui e Néstor García Canclini em contraposição à “democratização da cultura”. Também abordando as críticas que Pierre Bourdieu faz a esse termo, quando afirma que os gostos e hábitos culturais são marcados pela trajetória e classe social dos indivíduos.

Ao invés de buscar ampliar público nas chamadas artes eruditas, a democracia cultural busca abarcar as culturas populares, sem restrições de que existiria uma cultura “elevada”. E para a valorização de espaços culturais em bairros marginalizados realmente acontecer, é necessário que a cultura seja vista como múltipla e como um direito de todos os cidadãos.

Já no terceiro capítulo, entramos mais em detalhe no de estudo de caso da realidade da gestão do ECVR, quais são as dificuldades, as alegrias, as conquistas, os apoios e planos para o futuro que eles têm. Para isso, entrevistei Oberdan Mendonça, um dos criadores do ECVR, produtor cultural e organizador do local. E para expandir ainda mais essa visão, também foram utilizados depoimentos dados à WebSérie do Viaduto de Realengo chamada “Uma Ponte Cultural”, onde foi dado voz a outros espaços culturais da região que são parceiros do ECVR, e que seguem juntos na luta.

Por fim, temos as conclusões sobre a quem é dado o direito de ter cultura e lazer devidamente expressados na cidade, e como esse projeto pode ser revertido, tentando traçar novos caminhos onde a cultura local seja realmente valorizada.

A realização desta pesquisa foi feita tendo como ferramentas metodológicas a etnografia - pela observação participante -, a pesquisa bibliográfica - através jornais, livros, revistas e internet - além da entrevista com Oberdan Mendonça, sobre a realidade da gestão do ECVR.

CAPÍTULO 1: “ALÔ, ALÔ, REALENGO¹”: SITUANDO O ESPAÇO CULTURAL VIADUTO DE REALENGO

1.1 Contexto Histórico e Resgate da Memória de Realengo

Realengo é um bairro majoritariamente residencial, e um dos mais populosos do Rio de Janeiro, com cerca de 180,123 habitantes (de acordo com o censo 2010) ocupando aproximadamente 2.605.42 hectares. Localiza-se próximo de outros bairros que têm contextos habitacionais parecidos, como Padre Miguel, Bangu e Magalhães Bastos. É localizado entre duas áreas verdes: o Parque Estadual da Pedra Branca e o Parque Estadual do Mendanha/Gericinó, sendo uma das zonas mais quentes da cidade.



Figura 1 - Mapa de Realengo via satélite (Google Maps)

As “terras realengas”², assim como outros bairros adjacentes da Zona Oeste, têm o início de sua história ligada diretamente à Família Real - seu terreno foi propriedade da Coroa Portuguesa até 1814, quando se tornaram públicas - e ao Exército Brasileiro - a quem ainda pertencem várias áreas do bairro.

¹ Letra da música “Aquele Abraço” de Gilberto Gil

² A palavra realenga se coloca em contraponto à ideia de algo que pertence à realeza, um dos seus significados apontava para: aquilo que não tem proprietário, é público, ou encontra-se em estado de abandono.

Há, pelo menos, três possibilidades para explicar a origem do nome “Realengo”, como afirma a historiadora Martha de Almeida Nogueira da Silva em sua tese: “A Reconstrução da História de um Bairro: uma análise sobre diferentes correntes existentes sobre a origem do nome do bairro Realengo e a influência das mesmas na identidade cultural e local de sua população”. A primeira corrente seria a de que Realengo significa “terras reais ou tudo aquilo que for realeza, ou proveniente dela”, que condiz com o fato das terras realengas terem sido por muito tempo apenas propriedade da Coroa. A segunda, é a mais famosa e mais aceita entre os próprios moradores do bairro, que seria a “junção da palavra real com a abreviação da palavra engenho – Real Eng^o”, e que essa abreviação teria começado a ser escrita dessa maneira a partir da estação de trens, que foi aberta ao público em 1878. E a última, que começa a ser mais vista a partir do início do século XX é a de “Terras abandonadas” ou “Aquilo que está abandonado”, que infelizmente ainda faz muito sentido ser utilizada dessa maneira nos dias de hoje.

Uma das justificativas mais fortes para que o nome venha mesmo da abreviação de Real Engenho é a existência de um grande engenho na região, que era propriedade da família Fernandes Barata e não da realeza. Segundo as histórias da população local, se dizia por dedução lógica: “ora, se existia engenho e o mesmo estava em terras reais, ele só poderia ser real”. Além do Engenho, também existia a Fazenda Piraquara, mais conhecida pela população como a Fazenda dos Barata. Até hoje o nome “Barata” é utilizado para se referir a uma sub-região do bairro, e “Piraquara” é o nome de uma das principais ruas de Realengo.

Na análise que Elizabeth Bertoldi e Nathália Guimarães fazem sobre a tese de Martha de Almeida para Revista Gnarus, em novembro de 2012, elas concluem que os diferentes significados que a palavra que dá nome ao bairro são importantes para entendermos mais sobre a memória que se tem de Realengo:

Sua pesquisa finaliza destacando que Realengo é uma palavra de origem neolatina utilizada no vocabulário português para adjetivar lugares, animais, objetos, etc., como reais, sendo dado, pela população, um novo significado a ela que foi passada através da tradição oral, no intuito de preservação da memória que no bairro é muito valorizada. (BERTOLDI, GUIMARÃES, 2012, p. 49)

Realengo sofreu uma grande e rápida transformação urbana no final do século XIX, deixando apenas de ser uma área de grandes latifúndios, principalmente com o engenho já mencionado, para se tornar uma área militar e cada vez mais residencial, características que permanecem até hoje.

No final do século XIX, por volta de 1870, começavam a aparecer algumas mudanças na urbanização da região. Como em 1874, com a Câmara Municipal dividindo os terrenos em ruas, praças e lotes, e canalizando a água. Além de em 1878 os trens da região começaram a ser utilizados pela população, e não mais para transportar gado, mostrando que Realengo estava cada vez mais se tornando um bairro residencial, aos poucos deixando de lado suas características rurais. Porém, o “boom” habitacional veio mesmo com a chegada da Escola Militar em 1912, que teve a sede transferida da Praia Vermelha para Realengo, e pela construção da fábrica de cartucho, que se localizava logo em frente à Escola, e também era de serventia militar.

Mas, como aponta Claudius Gomes de Aragão Viana no seu artigo “Realengo e a Escola Militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano”, podemos perceber que desde sua formação como bairro residencial, Realengo já sofre com problemas de infraestrutura e mal planejamento por parte do poder público:

Os projetos para a rápida ocupação da localidade não parecem ter levado em conta as necessidades de implantação de uma infraestrutura adequada para a chegada dos militares, funcionários da fábrica [de cartucho] e seus familiares, somada ao acelerado crescimento da população local. (VIANA, 2009, p. 10)

Todo o comércio do bairro girava em torno da necessidade dos militares, como restaurantes, pensões, alfaiatarias, lavanderias e locações de domicílios. Essas atividades se localizam no entorno da praça da igreja de Nossa Senhora da Conceição, que até hoje é zona central do bairro, e onde fica o atual “calçadão” de Realengo, área comercial muito comum nos bairros da Zona Oeste.



Figura 2 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição em 1930

A escola Militar de Realengo funcionou até 1944 e atualmente é o Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada. Já a fábrica de cartucho foi desativada em 1977, a construção foi tombada e desde 2007 é uma unidade do Colégio Pedro II.

No livro “As Pastorinhas de Realengo”, com a primeira publicação de 1987 pela Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, podemos analisar mais do aspecto cultural do bairro no meio do século XX. No trecho a seguir podemos ver as mudanças culturais que tiveram o apoio do poder público:

Também durante determinado tempo foi criado, por iniciativa do Ministério do Trabalho, o Centro de Recreação Operário do Realengo, tendo o Cruzeiro como Centro Cultural, onde foram incentivados vários jogos de salão e outras atividades de lazer. (PAZ, 1987, p. 20)

Outro espaço cultural que existia no bairro era o Cine-Teatro Realengo, localizado no centro do bairro, próximo ao antigo prédio da Escola Militar. Construído em estilo arquitetônico art déco, que foi inaugurado no final da década de 1930, cujas e as paredes de seu saguão principal exibem dois afrescos que reproduzem os quadros “A primeira missa no Brasil”, de Victor Meirelles, e “O grito do Ipiranga”, de Pedro Américo, obras com forte apelo ao patriotismo. Portanto, podemos ver como o controle desses espaços foram utilizados como propaganda do Estado-Novo dentro do seu projeto de construção de um sentimento de nacionalidade brasileira através do “enaltecimento das belezas naturais, dos símbolos nacionais e do patriotismo” (HEBER apud GOMES, 2006)

O prédio foi tombado em 2003, com “finalidade cultural ao imóvel, que funcionará como centro cultural e artístico sob responsabilidade e gerência da Prefeitura, voltado para o desenvolvimento das artes, música e educação”. Porém, como o espaço não estava sendo utilizado, em 2018 ele virou uma igreja evangélica.



Figura 3 - (esq.) Cine-Theatro Realengo em 2009; (dir.) Cine-Theatro Realengo em 2009 (Google maps)

Porém, para além das questões dos espaços culturais em si, é essencial entender como eram as atividades feitas pela própria população de Realengo, observando como o senso de comunidade sempre foi importante para os moradores:

Nossas diversões eram rurais, isto é, pular carniça e corda, brincar de pique, bandeirinha, cabra-cega, chicotinho queimado, de passar anel; tínhamos vários brinquedos de roda, jogávamos “nente”(ou “três marias”), bola de gude e soltávamos pipa. Havia concursos de papagaios, que também chamavam de desfile de pipas, cujas provas de eficiência eram realizadas na praça de esportes do Cruzeiro Futebol Clube. Consistia em fazer empinar o papagaio e avaliar a sua beleza. O contacto humano era muito valorizado e à noite as pessoas colocavam as cadeiras na calçada para tomar ar fresco, bater papo e ver a criançada brincar. Todo mundo se conhecia. E foi neste espírito isento de influências estrangeiras, mais simples e naturalmente mais lírico, poético, que se deu a conservação dessas tradições. (PAZ, 1987, p. 20)

Nos anos 60, o local onde era a Escola Militar serviu como detenção para presos políticos da Ditadura Militar. Um dos presos que ficou no local foi o cantor Gilberto Gil, que depois “homenageou” Realengo, em uma de suas músicas mais famosas

“Aquele abraço”. Inclusive, a frase “Alô, alô, Realengo, aquele abraço!” dessa música deriva de um bordão de um programa de televisão feito pelo comediante Lilico - morador de Realengo - e que era desta forma que os soldados, ironicamente, saudavam Gilberto Gil.

Com essa canção, Gil colocou Realengo na boca de tantos outros brasileiros que nem sabiam da existência do bairro, e de muitos que também não sabiam a história por trás da letra da música. E para homenageá-lo de volta, o prefeito da época, Luiz Paulo Conde, deu o nome de Gilberto Gil à nova Lona Cultural que foi inaugurada em Realengo, no dia 12 de novembro de 1999, com a presença do artista. A lona revitalizou um local do bairro abandonado e considerado perigoso pelos moradores, e até hoje essa lona cultural é considerada um dos principais espaços culturais da região. Importante também lembrar que apenas alguns anos depois, em 2003, Gilberto Gil se tornou Ministro da Cultura, e revolucionou as políticas culturais do nosso país.

Em 2011, Realengo foi marcado pela tragédia do massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira, feito por um ex-aluno do colégio, que gerou a morte de 12 pré-adolescentes, e foi o primeiro escândalo de massacre que ocorreu dentro de uma escola no Brasil. Com o caso tendo uma extensa cobertura midiática, o bairro acaba muitas vezes só sendo lembrado na mídia e por moradores de outras zonas mais nobres do Rio de Janeiro (e também de outros Estados) por essa tragédia.

Hoje em dia a própria escola tem trabalhado conceitos como inclusão, diversidade e bullying em sala de aula, além de tomar medidas para reforçar a segurança e melhorar o ambiente escolar. O assunto não é tratado como tabu dentro da escola, mostrando que tratar o assunto com respeito e com a importância que ele deve ter é o melhor que podemos fazer para dar um futuro mais saudável para os alunos, que agora realmente tem um outro entendimento de conviver em sociedade.³

³ - Notícia de 2019 do Correio Braziliense:
<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/15/interna-brasil.743133/atacada-em-2011-escola-de-realengo-mudou-desde-recepcao-ate-as-aulas.shtml>

Para finalizar, além da Lona Cultural Gilberto Gil supracitada, atualmente também temos no bairro o Espaço Cultural Arlindo Cruz que foi construído pela Prefeitura do Rio em 2014 durante o governo de Eduardo Paes, para compensação pela demolição do Espaço Cultural Jorge Benjor, demolido em 2011 para a construção do novo viaduto do bairro, viaduto este, que em 2013 seria ocupado e viria a ser o Espaço Cultural Viaduto de Realengo, que a partir de agora será o foco desta pesquisa.

1.2 Novo Viaduto, Novas Oportunidades

A construção do novo viaduto de Realengo, pela Prefeitura, ocorreu entre 2011 e 2012, como forma de resolver o problema dos inúmeros engarrafamentos e acidentes que aconteciam no antigo viaduto, que era de mão-dupla. Com isso, um novo viaduto foi criado para que cada um pudesse ser apenas de mão-única, porém com ambos se dirigindo para a mesma direção, a Avenida Brasil.

Apesar de ser uma demanda da população, e de muitos aprovarem as melhorias que tiveram após a construção, o período de obras acabou gerando alguns problemas para o bairro, como o aumento do trânsito nessa época - não só em Realengo, mas em boa parte da Avenida Brasil -, além das demolições, como foi o caso do Espaço Cultural Jorge Benjor, já supracitado.⁴

No dia da inauguração, em 05 de julho de 2012, o Prefeito Eduardo Paes foi até o bairro, e de acordo com a emenda do Vereador Rubens Andrade, o novo viaduto levou o nome de Viaduto Jornalista Aloysio Filho Gomes, um dos moradores mais importantes do bairro que tinha acabado de falecer em 2011. Além de jornalista, Aloysio também era um comunicador e articulador cultural e social. A sua principal realização para o bairro foi o jornal "A Voz de Realengo". Em suas páginas, denunciava o abandono da Zona Oeste pelos políticos, além de fazer centenas de campanhas para trazer melhorias ao bairro, dentre elas a constante reivindicação pela construção de um novo viaduto sobre a linha férrea.

⁴ Notícia da época do Jornal Extra:
<<https://extra.globo.com/noticias/rio/zona-oeste/realengo-ganha-um-novo-viaduto-5473996.html>>



Figura 4 - (esq.) foto de Seu Aloysio Gomes e (dir.) grafite feito no ECVR em homenagem a ele

Portanto, mesmo com o novo viaduto sendo construído apenas pensando em seu lado “utilitário” de melhorar o trânsito do bairro, vemos que a partir da escolha desse nome, querendo ou não, ele sempre esteve destinado a ser algo maior e mais ligado de fato a história do bairro e as suas conquistas. Diferente do primeiro viaduto, onde a área de baixo não pode ser aproveitada, já que passa por cima dos próprios trilhos do trem, o novo viaduto tinha um espaço livre embaixo, que a princípio era utilizado apenas como passagem para as pessoas chegarem ou saírem da estação de trem e poderem ter acesso a rua principal. Porém, logo em 2013, o espaço já seria ocupado, no início de maneira despretensiosa, mas que virou o que hoje conhecemos como Espaço Cultural Viaduto de Realengo.

Sempre existiram muitas ações culturais em Realengo, como rodas de samba, de capoeira, bailes funks e festas que fechavam as ruas. O coletivo Original Black Sound System surgiu em 2009 justamente a partir desses eventos que já mobilizaram muitos moradores do bairro. No caso do Original, o coletivo sempre focou mais na cultura hip-hop, tendo o graffiti e o rap como elementos norteadores e sendo formado por DJ's, MC's, grafiteiros e poetas da região. O grupo teve seus primeiros eventos feitos na casa de Dona Rose, que também era conhecido no bairro como Espaço La Rose. Porém, os eventos começaram a ter proporções maiores do que o imaginado, e o novo espaço embaixo do Viaduto parecia ser o ideal para receber suas próximas atividades.

Oberdan Mendonça, um dos criadores da Original Black Sound System, e até hoje principal articulador do Espaço Cultural Viaduto de Realengo, contou em entrevista a Sandro Rosa em sua tese “Cultura Sob o Viaduto” :

"Aqui, antigamente, era uma passagem do exército. Assim que ele ficou pronto, quando eu tive a primeira oportunidade de passar por aqui (embaixo do Viaduto), um espírito me informou que seria aqui o local para trazer o que acontecia lá, na casa dela" (ROSA, 2018, p. 41)

Mesmo enfrentando vários problemas financeiros ao longo dos anos, tendo suporte da Prefeitura apenas através de editais que acontecem esporadicamente, o espaço cultural continua resistindo, pois tem em sua base a função de transformar um local que seria apenas para se transitar em um ponto de encontro, para fazer e experienciar a arte, além de criar de fato um espírito de comunidade, entrando em contato com outros projetos e coletivos do bairro de Realengo e da região da Zona Oeste como um todo, colocando em prática uma das máximas da cultura hip-hop: “Nós por nós”, para que juntos, possamos nos fortalecer.

O que o Espaço Cultural Viaduto de Realengo e outros tantos eventos/pontos/atividades culturais fazem vai ao encontro do conceito do historiador Luis Antonio Simas de “vida na fresta”, e que ele explica melhor em seu livro “O Corpo Encantado das Ruas”:

(cariocas que) ousaram a inventar vida na fresta, dando nó no rabo da cascavél e produzindo cultura onde só deveria existir o esforço braçal e morte silenciosa (...) Cultura na fresta; aquelas que driblam o padrão normativo e canônico e insinuam respostas inusitadas para sobreviver no meio que normalmente não as acolheria (...) inventa a vida no desconforto, na precariedade, no perrengue de ter que preencher o vazio com o som que chama o transe dos corpos que sambam. (SIMAS, 2020, p. 13 e 27)

Com isso, vemos como a ocupação das ruas através da cultura tem grande potencial para transformar esses “não-lugares” da cidade - como seria visto o Viaduto caso não fosse ocupado, já que ele não estaria nem dentro, nem fora de algum lugar, seria apenas um lugar de passagem. E como eles podem se transformar em um “pedaço” ou como é muito dito no Rio de Janeiro na “minha área”.

O pesquisador José Magnani aponta em seu texto “Jovens paulistanos: formas de uso e apropriação do espaço urbano na metrópole”, de 2006 que “pedaço” seria um intermediário entre a rua e a casa, pois se tem uma ligação com as pessoas dali, muitas vezes com os próprios participantes frequentes do pedaço se chamando de “família”.

No caso do Viaduto, isso foi muito bem aplicado nas “Terças do Rap”, em que todas as terças-feiras havia batalhas de rima debaixo do viaduto, envolvendo MCs e DJs já conhecidos na cena com outros mais amadores, que muitas vezes estavam começando suas carreiras nessas batalhas. Durante anos esse evento semanal foi o carro chefe das atividades culturais do Viaduto. Com o tempo foram se expandindo para além da cultura hip-hop. E com essa regularidade do evento foi possível criar de fato um sentimento de família entre os frequentadores do local, que estavam lá toda terça, seja para batalhar ou apenas para apreciar o espetáculo.

Ter esse nível de organização fez com que o Espaço Cultural criasse cada vez mais um senso de comunidade e de respeito, com todos ali crescendo juntos, e podendo de fato desenvolver a cultura local. Além de virar um ponto de referência, principalmente para os jovens do bairro, que sabem que agora tem um lugar fixo onde poderiam se “ancorar”.

Nesses locais, como nos afirma Magnani (2006), *todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e o que se pode ou não fazer*. Portanto, esses pedaços “não são bagunça”, mesmo que quem veja de fora possa julgar como algo negativo, como se não fosse adequado grupos de jovens periféricos se juntarem no mesmo lugar público, que isso só poderia significar um “algazarra” e que seria até mesmo perigoso. Porém, para citar novamente o livro de Simas:

A cidade encarou os pobres como elementos das "classes perigosas" (até mesmo em documentos oficiais) que maculavam, do ponto de vista da ocupação e reordenação do espaço urbano, sonho da cidade moderna e cosmopolita. (SIMAS, 2020, p. 13)

Criar um espaço cultural no subúrbio do Rio de Janeiro (ainda mais advindo de uma ocupação) nunca foi, não é e nem nunca será fácil. Principalmente para expressões culturais que advém da cultura negra - como é o caso do hip-hop - que carrega o

estigma do racismo estrutural, uma das marcas da sociedade brasileira. Além de toda repressão pelo fato de que o Estado não quer que a rua seja do povo, mas sim que fique nas mãos de grandes empresas que fingem estar “revitalizando” a cidade.

1.3 Disputas Territoriais em Terras Realengas

Em relação às disputas com o poder público, podemos ver no artigo “Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano” de Raquel Rolnik, que o planejamento feito, de forma hegemônica, pelo Estado tem sido marcados pela é a partir da lógica capitalista e por modelos vindos do exterior, não a partir das demandas da população e das ocupações já existentes, organizadas pelo próprio povo. E esses empresários que dizem estar “recuperando” certas zonas da cidade só estão agindo com interesse no seu próprio lucro, não no melhor funcionamento daquele espaço.

Enquanto isso, a população que ocupa de forma ativa essas localidades, que muitas vezes habita o bairro ou a região onde está agindo, sabe muito bem quais atividades e expressões artísticas têm mais sentido de serem desenvolvidas naquele local. Porém, como esse não é o verdadeiro interesse do tipo de gerenciamento feito pelo poder público em parceria com os empresários, essas ocupações acabam não somente sendo deixadas de lado pelo poder público, como muitas vezes são perseguidas pelo próprio, como se estivessem realizando algum tipo de baderna.

Para reforçar tudo que já foi dito, deixo aqui algumas citações do texto supracitado de Raquel Rolnik que explicitam bem esta ideia da diferença de ter de fato uma ocupação através do movimento social e cultural, e de como temos que nos apropriar dessas pautas ao invés de acharmos que o planejamento da cidade não é para nós:

As ocupações carregam também a dimensão de confronto. Uma ocupação militar marca o controle de um território inimigo ou insurgente. Já a ocupação promovida pelo movimento social significa a “liberação” daquele lugar das

tramas político-burocráticas de sua propriedade e destinação, permitindo que ali se abriguem e desenvolvam outros modos de existir, excluídos de alguma forma da cidade. (...) É importante apontar também para as disputas do sentido de “público” e “espaço público” presentes nessas ocupações. Em muitas dessas experiências – especialmente naquelas que se estruturam em torno da apropriação de parques, praças e ruas e das resistências contra seu cercamento e privatização –, trata-se de um processo de “comunização” (commoning), ou seja, de um movimento que se opõe à transferência radical dos bens comuns para o universo privado. (...) Para que essas práticas floresçam e se desenvolvam, é fundamental descolonizar a imaginação planejadora, questionando o princípio de que todo plano e política pública precisam insistir na ideia de modernização. (ROLNIK, 2019, p. 11-12)

Além das disputas pelo território de acordo com o planejamento do próprio Estado, ainda se tem a disputa geográfica do lugar, tantos dos espaços próximos que já existiam antes do Viaduto, como os que foram mais recentes.



Figura 5 - Imagem do Google Maps da região próxima ao ECVR, representado pelo ponto em vermelho

No próprio Google Maps fica difícil localizar o Espaço Cultural em si, já que ele coloca a localização apenas como “Viaduto de Realengo”, e sinaliza como se fosse exatamente em cima da linha do trem. Até mesmo quando vamos ao local andando a pé, fica um pouco difícil localizá-lo, já que além de ficar “escondido”; debaixo do viaduto, ainda temos do lado direito um enorme mercado da rede “Atacadão”, que foi construído em 2019, e que antes era um terreno vazio, às vezes utilizado para

receber parques de diversão itinerantes. Já à esquerda, temos a “Praça do Canhão”, campo pertencente ao exército (e que é gradeado). Atrás, temos a estação de trem de Realengo, e à frente um cruzamento para quem está de carro poder pegar o viaduto que vai para a Avenida Brasil.

Além disso, ainda temos no próprio espaço debaixo do Viaduto as disputas e negociações com outros ambulantes que ocupam o espaço. No dia-a-dia, tem como seu público principal os passageiros do trem, mas quando acontecem os eventos em que o Bar do Viaduto também está aberto, já aparecem alguns conflitos. Também por ser um espaço aberto, é comum acontecerem outros tipos de atividades ali, como festas, sem nenhuma ligação com o Espaço Cultural e que, muitas vezes, quem está à frente do ECVR nem sabe que está acontecendo, já que não tem uma estrutura para que o lugar seja visto apenas como um Espaço Cultural.

Uma outra questão interessante que podemos observar através deste mapa é a presença de muitas escolas e universidades bem próximas ao Viaduto. E como o Espaço Cultural acaba recebendo bastante o público jovem, seria interessante se a aproximação cada vez maior com essas instituições, para aumentar ainda mais os frequentadores da comunidade do bairro.

O ECVR é muito aberto para receber outros coletivos e diversos tipos de atividades culturais, o espaço também pode explorar e se adaptar a essas outras questões das proximidades, atraindo até mesmo um novo público para o seu pedaço.

CAPÍTULO 2: “TRANSFORMAI AS VELHAS FORMAS DO VIVER⁵”: NOVO OLHAR PARA A TERRITORIALIDADE

No texto “Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade”, de Rogério Haesbaert, vemos como um espaço é transformado em território, pois o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo” - ao contrário do espaço “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica - tendo assim uma conotação material, mas também simbólica.

O próprio Viaduto de Realengo foi criado pensando na sua funcionalidade, que era de “desafogar” o trânsito e evitar acidentes que ocorriam quando havia apenas um viaduto de mão dupla. Porém, virou um território quando foi apropriado como um espaço da comunidade, abrangendo múltiplas manifestações, também uma multiplicidade de sujeitos e, conseqüentemente, as disputas e negociações daí resultantes. Com essa apropriação exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados. E se quisermos de fato abranger essas múltiplas territorialidades é preciso estar ciente que elas são feitas a partir de disputas por esses significados, incorporando-as parcialmente ou por sobreposição.

E como já dito no capítulo anterior, o ECVR incorpora essas disputas tanto pelo espaço quanto pelos sentidos e significados, lutando para continuar fazendo seu trabalho em conjunto com a comunidade, sem querer definir uma hierarquia, mas sim gerenciando os conflitos que evidentemente aparecem, por acreditarem que, assim, estão contribuindo para construir uma outra sociedade, que seja ao mesmo tempo mais igualitária e mais reconhedora das diferenças humanas e de suas multiculturalidades.

O território, neste caso, “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica a priori para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais. (HAESBAERT, 2004, p. 4)

⁵ Letra da música “Tempo Rei” de Gilberto Gil

O Viaduto, nesse sentido, também pode ser considerado um território “heterotópico”, termo usado por Foucault no texto “De outros espaços”, que foi redigido a partir de uma conferência em 1967, onde ele diz:

A nossa época talvez seja, acima de tudo, a época do espaço. Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso. (FOUCAULT, 1967, p. 1)

Se nos anos 60 o mundo ia em direção a espaços que fossem menos fixos e estáveis, agora eles sempre estão em disputa, tendo que ser construídos por diversas fontes. Porém, o espaço e suas divisões ainda são vistos como algo sagrado, e diante dessa complexidade, o conceito de espaços heterotópicos abordado por Foucault nos ajudaria a entender melhor essas estruturas.

Heterotópico seria o que está entre a heterogenia e a utopia. Um só espaço real, que sobrepõem vários espaços que por si só seriam incompatíveis. (FOUCAULT, 1967, p. 5). E mesmo tendo uma função determinada dentro da sociedade, ela pode, de acordo com a cultura que está inserida, assumir outras funções.

No caso do Viaduto, essa outra função, além da funcional, vem a partir de uma falta de espaços culturais institucionalizados na região. A heterotopia do Viaduto também está muito ligada a ser o “espaço que sobra”, um cenário que pode parecer perfeito em meio ao caos que está à sua volta. E nesse “espaço que sobrou”, em meio a toda a confusão do tráfego de carros e de pessoas, foi onde a comunidade conseguiu manter seu contato com a cultura popular, de roda, de rua, que muitas vezes é negligenciada.

Em governos mais progressistas, como no período em que Gilberto Gil foi Ministro da Cultura, pudemos ver um avanço nesse campo, em não deixar que a cultura fosse vista como algo “que sobra”, mas sim como plural e diretamente ligado a seu território, principalmente através de projetos como os do “pontos de cultura”, locais institucionalizados que reconhecem e potencializam as práticas culturais já existentes pelo país.

O Ponto de Cultura não é um “favor” feito pelo Estado para as pessoas, mas sim um espaço das pessoas, para a recepção e difusão da cultura, que era comandada por um organizador/produtor cultural em nível local. O Estado seria um facilitador repassando os recursos financeiros, sem interferir diretamente nas atividades do local. Um exemplo perfeito de como dar ao mesmo tempo apoio e autonomia para a comunidade.

No entanto, nos governos seguintes, passando pelas grandes reformas que houve na cidade para às Olimpíadas e à Copa do Mundo, e com um governo federal e estadual que cada vez passou a dar menos importância à cultura⁶ (principalmente a popular), esses espaços e essa forma de vida acabam sendo cada vez mais sucateados. O legado que Gilberto Gil nos deixou como Ministro da Cultura acaba sendo desmantelado oficialmente, mas não é deixado de lado pelo povo, que agora sabe que tem sim o seu papel dentro da construção do que é cultura para o nosso país, nosso estado, nossa cidade e nosso bairro.

Não se pode mais aceitar apenas a “democratização da cultura” que o Estado (muitas vezes em conjunto com a iniciativa privada) tenta fazer para iludir uma certa “facilitação” do acesso a um certo tipo de cultura. Pois não queremos apenas um acesso à cultura que é elitizada; queremos de fato produzir ativamente a cultura que nos representa e fazê-la circular. A cultura erudita não é a única que deve ser preservada e divulgada por órgãos culturais, que só busca um novo público para ter novos consumidores, estando lá apenas para apreciar, não para de fato ser participativo.

Diversas lideranças populares hoje defendem uma gestão que vá além da democratização da cultural, e visam a “democracia cultural”, termo mais amplo e que estimula uma participação ativa da sociedade, como a verdadeira solução. Como a pesquisadora da UFBA, Daniele Canedo menciona:

“Como sujeitos e produtores da cultura, os indivíduos devem participar da elaboração das políticas de cultura para a sua comunidade. Neste sentido, o

⁶ Contudo, ao terminar de escrever este trabalho, após as eleições de 2022 e a chegada de um governo mais democrático em nível federal, a esperança de valorização da cultura volta a se fazer presente.

conceito de democracia cultural nos parece mais adequado para pensar a promoção do desenvolvimento sócio-cultural. Esta concepção de gestão das ações culturais está preocupada com a promoção da participação popular e a organização autogestiva das atividades. O objetivo é incentivar a criação, buscando o desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos em relação com suas próprias necessidades. Nesta concepção política o público é mais do que espectador. Segundo Hamilton Faria, o “trinômio consumidor-produto-espectador” é ampliado para “a criação/fruição/processo-participação.” (CANEDO, 2007, p. 1)

Este conceito de democracia cultural busca ver a cultura como algo que vá muito além da arte em si e das instituições. É preciso assumir que a cultura não existe sem os movimentos sociais e populares, e que para dar a devida atenção a essa questão é necessário que haja políticas públicas que estimulem a autonomia dos grupos culturais que possam facilitar os canais de comunicação dessas comunidades com o poder público. As decisões sobre as políticas culturais devem ser partilhadas através da criação da esfera pública não-estatal, por meio de diálogos interculturais entre Estado, secretarias de governo, conselhos, fóruns deliberativos e organizações sociais. (CANEDO, 2007, p. 4)

Além disso, os pontos de cultura que já se baseiam nessa forma de ver a cultura, como é o caso do ECVR, buscam também melhorias para a comunidade no geral. Lazer, arte e o sentimento de comunhão são fundamentais para o espaço, mas de nada adianta não buscar vê-las em conjunto com outras lutas locais. E é assim, em parceria, que a democracia é posta em prática.

A questão da transversalidade da cultura deve ser pensada na elaboração das políticas culturais. Meio-ambiente, saúde, educação e infra-estrutura são alguns dos fatores que devem ser levados em consideração na elaboração de políticas que pretendam promover a qualidade de vida da população. Mas, além disso, o contexto social onde as pessoas vivem é muito importante. Gostos, hábitos cotidianos e a bagagem cultural, que é construída ao longo da vida e das relações de sociabilidade de cada ser humano, vão influenciar o aproveitamento que cada pessoa terá no contato com as expressões artísticas. (CANEDO, 2007, p. 3)

A verdadeira política cultural democrática deve ser pensada a longo prazo, construída através dos diferentes governos e sempre em diálogo direto com a população. Mas infelizmente, o que acabamos vendo em nosso país, durante os 4 anos de governo de extrema direita, foi o desmantelamento do que já foi construído (fim dos projetos criados no governo Gil e o fim do próprio Ministério da Cultura),

sem menor senso de preservação (como no caso do Museu Nacional e da Cinemateca descuidadas e que acabaram por sofrer incêndios devastadores) e que, ao invés de ajudar a fruição da cultura popular, preferiu vê-la como inferior.

Portanto, é colocar em pauta como o Estado (ou pelo menos os grupos que controlam o Estado no momento) vê a cultura. Às vezes parece que muitos ainda querem ver a cultura como no século XVIII/XIX, quando a partir dos padrões iluministas, colocava-se que a Europa capitalista como padrão a ser seguido, cuja cultura seria a régua que mediria o grau de civilização das demais sociedades. E nosso objetivo deveria ser nos aproximarmos mais da cultura erudita e europeia para sermos uma nação de “primeiro mundo”.

Mas como aponta a pesquisadora Marilena Chauí em seu livro “Cultura e Democracia”, a partir do século XX o conceito de cultura é mais estudado pela sua parte filosófica da capacidade humana para relacionar-se com o ausente, a partir disso criar e transformar a sociedade.

(...) o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendida como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. (CHAUÍ, 2008, p.5)

A questão é que na modernidade ser uma *sociedade* já não é mais suficiente para a cultura, precisamos nos tornar uma *comunidade*. Mas para ver essa mudança é necessário mexer nas estruturas da sociedade de classes, que é quem institui a divisão cultural - entre dominantes x dominados, de elite x popular, etc...

Essa estrutura quer que a cultura seja apenas mais um produto, como o tão famoso conceito de “indústria cultural” prega. A indústria cultural vende cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo e agradá-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, trazer-lhe informações novas que o perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência, o que ele já sabe, já viu, já fez. (CHAUÍ, 2008, p. 8)

E nesse looping de consumo achamos que somos livres, que temos acesso à cultura que quisermos, que ela não é imposta a nós. Cultura é produção, e não passividade. E o Estado tem papel crucial para essa massificação, que é o oposto de democratizar a cultura.

O Estado passa, então, a ser visto, ele próprio, como um dos elementos integrantes da cultura, isto é, como uma das maneiras pelas quais, em condições históricas determinadas e sob os imperativos da divisão social das classes, uma sociedade cria para si própria os símbolos, os signos e as imagens do poder. O Estado é produto da cultura e não produtor de cultura. É um produto que exprime a divisão e a multiplicidade sociais. (CHAUÍ, 2008, p. 12)

Portanto, reafirmando o que já foi apresentado por Daniele Canedo sobre a importância da democracia cultural e da atuação ativa da sociedade, vemos que mesmo que não se considerem “artistas”, todos são agentes da história e autores de sua própria memória. Para isso, como já o direito à participação nas decisões de política cultural também deve ser um direito dos cidadãos.

O que espaços culturais como o Viaduto de Realengo propõe é realmente transformador, indo contra a lógica de divisão, hierarquia e propriedade que é a base dos governos liberais. Por isso mesmo eles precisaram de muita resistência para conseguir sobreviver nas condições em que nosso país esteve nos últimos anos, e apenas com mudanças reais no olhar e na atenção que é dada para a cultura que conseguiremos, juntos com a participação popular, mudar a nossa história.

Sabemos que não é fácil mudar a lógica liberal de que tudo é um produto, que já vem sendo construída há anos na sociedade ocidental. E para modificá-la é preciso identificar e analisar quais são os fundamentos dessa estrutura.

Para Pierre Bourdieu, pensador francês do século XX que dedicou boa parte de sua obra à pesquisa minuciosa da cultura e do seu papel na formação e na luta de classe, os poderes determinantes em nossa estrutura são divididos entre 4 capitais: capital econômico, capital social, capital cultural e capital simbólico, que possuem sua hierarquia, mas também andam lado a lado em algumas situações. Dentre eles,

o capital cultural, no qual iremos nos aprofundar, está mais associado à posse de determinadas informações, aos gostos e atividades culturais.

Segundo Bourdieu, o capital cultural também pode ser dividido em 3 estados: objetivado, incorporado e institucionalizado. Para esta análise, os dois últimos estados são os mais importantes.

O estado institucionalizado diz respeito à competência cultural que é adquirida através do ensino escolar, que te garante uma notoriedade intelectual e que permite/pode ser convertido de capital cultural para capital econômico, pode afetar diretamente o tipo de profissão e os ganhos econômicos referentes ao mercado de trabalho. Mas como ele se encaixaria num conhecimento vindo da classe trabalhadora e da comunidade?

Já o estado incorporado é formado pelo conhecimento que temos das propriedades herdadas e as propriedades adquiridas, e durante a vida acumulamos novos prestígios e os méritos da aquisição - estando diretamente ligado ao capital simbólico. Porém, este estado pode ser adquirido sem os privilégios garantidos pelo institucionalizado?

Todas essas análises são feitas baseadas normalmente na elite francesa do século XX, associando o local de classe que se está aos seus sujeitos. Um padrão que infelizmente é reproduzido na sociedade brasileira, por ser a base das nossas estruturas capitalistas, que não aceita que o conhecimento e os valores culturais podem ser outros, e que podem ser obtidos de maneiras diferentes.

Afinal, nas comunidades o estado incorporado pode ser adquirido através do conhecimento cultural que é herdado durante gerações nas periferias, como a cultura de roda (de samba, pagode, contação de histórias, etc) mesmo que ele não seja legitimado oficialmente, dentro de uma instituição. E essa lógica só irá mudar o povo que produz esse conhecimento deixar de ser considerado apenas como mão de obra, e sim como um verdadeiro agente cultural. E por mais que possa parecer utópico, pelo menos sabemos em qual direção devemos seguir.

CAPÍTULO 3: “EU SIGO UM MOVIMENTO QUE PRA MIM É NATURAL, DE RESISTÊNCIA CULTURAL⁷”: DIÁLOGO COM OS FAZEDORES DE CULTURA DE REALENGO

Para a parte final desta pesquisa, foi de extrema importância trazer os relatos de quem realmente faz parte da história do Espaço Cultural Viaduto de Realengo. Por isso, além da entrevista que realizei com Oberdan Mendonça, coordenador e realizador do espaço desde sua criação, também estão presentes trechos de depoimentos de parceiros do ECVR que foram dados para a Websérie “Uma Ponte Cultural”⁸, produzida em março de 2021 através do Inciso III - Prêmio Fomento a Todas as Artes, via Secretaria Municipal de Cultura Rio, Lei Aldir Blanc.

A Websérie mescla imagens de arquivo dos eventos que já ocorreram no viaduto com depoimentos de parceiros, frequentadores, moradores e trabalhadores do local, contando suas histórias e memórias com o viaduto antes e depois da ocupação cultural. Ela foi produzida durante o tempo em que estive, com muito orgulho, trabalhando com a equipe responsável pela reestruturação do ECVR para as redes sociais.

Seguindo uma ordem cronológica, perguntei para Oberdan Mendonça quais eram suas as expectativas e os planos quando ele e os outros membros do Original Black Sound System começaram com as atividades no Viaduto. Em resposta, Mendonça comenta que seus principais objetivos com o ECVR sempre foram de transformar a região embaixo do viaduto em polo cultural da região, além de uma vitrine para novos artistas e para população que tem interesse em ter contato com a arte.

E a transformação na região vem não só através da arte, mas em também torna-lo um lugar mais seguro, pois como Sidnei Oliveira - Coordenador do coletivo Maria de Realengo bem lembra em seu relato na websérie, há décadas que aquela região era considerada perigosa, e desde a ocupação cultural o território abandonado pelo poder público foi totalmente ressignificado, criando um espaço mais seguro, de arte,

⁷ Letra da música RESISTÊNCIA CULTURAL} de Marcelo D2 com participação de Gilberto Gil

⁸ Link para Websérie “Uma Ponte Cultural”:

https://www.youtube.com/watch?v=5sX_iqdDUQ4&list=PLn4QB4ZgighCI5Hz6NcNENex4Oxz1pYC4

lazer e potência, cumprindo assim com as expectativas que tinham desde o início da ocupação, que era ser um agente de mudança.

Outros depoimentos que destacam a importância do espaço cultural para a comunidade local são os de Vânia Maria, integrante do “Lata doida”⁹ e Madrinha do ECVR, que afirma que o Viaduto se junta aos sonhos de muitos outros projetos, e os ajuda a virar realidade. Como foi o caso de Isabella Leal, graduanda em serviço social e integrante do Zona Oeste Ativa, coletivo criado em 2015 que tem objetivos bem parecidos com o ECVR, se preocupando em ter um propósito e em se organizar como um lugar de encontros para a realização desses propósitos.



Figura 6 - Vânia Maria (Lata Doida) dando seu depoimento para Websérie “Uma Ponte Cultural”

Percebemos a relevância que o Viaduto tem em ser essa ponte, sempre agregando parcerias, inspirando outros projetos e sendo um local para pessoas se expressarem, seja através da música, da rima, das artes plásticas ou visuais. E esse espaço de fala nem sempre é cedido para pessoas moradoras dos subúrbios e periferias.

E em relação a essas parcerias, Mendonça demonstra muita gratidão por todos os que somaram nessa jornada, principalmente daqueles que vieram antes, e o ajudaram desde o início. Pois ele só pode enxergar que também poderia fazer, tendo o exemplo de quem já fez antes.

⁹ Lata doida é um grupo musical que também atua como ponto cultural em Realengo, desenvolvendo projetos socioculturais e ambientais na região.

Esse apoio com outros movimentos da região é fundamental. Os membros do Lata Doida também são co-fundadores do viaduto, estando juntos desde o início, buscando orientação da Dona Vânia e do seu filho Vandrê sobre os processos que poderiam ser feitos na prefeitura para legitimar o espaço, pois no início os documentos para autorização tinham que ser feitos a cada 15, 20 dias. Então foi muito necessário ter o apoio deles para ter também o apoio do poder público, e esses coletivos além de serem os co-fundadores, também são o passado, presente e futuro do viaduto, são uma letra que não pode faltar no dicionário. (MENDONÇA, id.ibid. 2022)¹⁰

Todo esse processo burocrático em busca de apoio legal para ter autorização para realizar os eventos é o que muitas vezes desmotiva tantos espaços culturais e coletivos que não são formalizados a continuar com seu trabalho. Por isso, é de suma importância que não apenas outros coletivos mais experientes ajudem, como também é papel do próprio poder público prestar esse direcionamento para espaços tão importantes para a cidade.

Em 2014, o ECVR conseguiu começar a ter um outro diálogo com o poder público e com outras instituições depois de ser reconhecido como uma Ação Local, através do edital Prêmio de Ações Locais - Rio450¹¹ da Secretaria Municipal de Cultura, comprovando ser um agente de transformações locais e de geração de impacto social para a comunidade local. Por meio deste edital, o Viaduto também recebeu uma consultoria para lidar com a burocracia destes fomentos.

Dois dos membros dessa equipe de consultoria também deram seus depoimentos para a websérie do Viaduto. Eles são o cineasta Tiago Nascimento e a gestora cultural e pesquisadora Lia Baron. Para Lia, o ECVR foi visto como um modelo do que eles buscavam como “ação local”, pois não só era uma ocupação de um espaço público como também uma intervenção urbana, que modifica a forma que aquele espaço se constituía e também as suas formas de sociabilidade.

¹⁰ Depoimento de Oberdan Mendonça concedido à autora, no Rio de Janeiro, em 30/11/2022.

¹¹ Link para o edital do Prêmio de Ações Locais:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5457666/4143619/1.EditaldoPremiodeAcoesLocais.pdf>

Além disso, outro elemento importante era a multiplicidade de que se conversam e se misturam dentro da expressão cultural do território. E pela abrangência de eventos que já aconteceram no ECVR ao longo desses quase 10 anos, podemos ver que abraçar a pluralidade da arte, além das iniciativas esportivas e sustentáveis feitas em lugares periféricos é um dos pontos que se destaca.

Desde o início acontecem as já tradicionais “Sagrada Terça-Feira do Rap” com suas rodas de rima, e os outros movimentos ligados à cultura de rua, como bailes charme, saraus de casa aberta e rodas de skates. Todos sempre buscando a interação de qualquer pessoa que queira chegar para participar.

Porém, o espaço cultural já recebeu diversos festivais e encontros dos mais diferentes tipos. Só no âmbito musical já tiveram grande eventos como: Realengo of Jazz (2015), Samba do Viaduto (2016), Misturando Som (2016), Viaduto do Rock (2016), Dia da Música (2016), Roda de Samba Independente dos Bons Costumes (2017), a Festa Bang (2018) que recebeu em Realengo DJs de referência no Brasil todo e o festival Honk in Rio (2019), onde recebeu a Charanga Talismã para dar o pontapé inicial no último carnaval que tivemos antes da pandemia.



Figura 7 - (esq.) Honk in Rio (2019) e (dir.) Roda de Samba (2017)

Além de todos esses eventos da área musical, o ECVR também vem cada vez mais se aproximando do audiovisual, seja através do coletivo Zona de Cinema - que além de exibir em praça pública curtas realizados por cineastas da região, também

oferece oficinas para a criação de novos artistas - ou das mais recentes parcerias com o Cine Educação e o Cinemão, que até mesmo exibiu o filme "Medida Provisória" de Lázaro Ramos embaixo do Viaduto agora em 2022.



Figura 8 - Arte de divulgação da sessão de "Medida Provisória" no ECVR

Tendo essas mais diversas expressões artísticas gratuitas, em um lugar, que além de ser aberto, é de passagem para centenas de trabalhadores que saem do trem no final de seu turno e já se deparam com a arte de uma maneira inesperada. Esse contato pode mudar o dia da pessoa, sem que ela precise mudar completamente sua rotina ou ir para algum lugar distante para que possa ter esse convívio com a arte e a cultura. Podendo instigá-la a voltar mais vezes ao ECVR, acompanhar sua programação ou até mesmo inspirar alguém a também querer se expressar neste território em que passa todo dia, agora vendo-o também como seu lugar de pertencimento, não apenas de passagem depois de um dia cansativo.

Essas conexões e interações entre pessoas e espaço são denominadas como "amabilidade urbana" por Adriana Sansão em seu artigo "Amabilidade Urbana: Marcas das Intervenções Temporárias na Cidade Contemporânea", Sansão define esse conceito como uma qualidade do espaço público de convivência, que se opõe ao individualismo das áreas de convívio contemporâneas, e busca transformar o

espaço público pela arte em potencialmente atraente, evocando a proximidade, a abertura e a curiosidade dentre aqueles transeuntes que param e passam a participar da ação.

Tal espaço, com suas funções prévias, passa a desenvolver outra atividade, estranha a este lugar embora compatível, permitindo sua ativação através de novas conexões entre pessoas. A presença da intervenção temporária pode permitir a conexão, como diria Alexander, “entre partes fixas e móveis e também entre as partes móveis mesmas” (SANSÃO, 2014, p. 74)

São estas as conexões que o ECVR sempre buscou, sabendo que através delas o espaço seria vitalizado, e assim mais pessoas se inspirem para que outros espaços propícios da região possam ser ocupados para realizar essas novas intervenções, gerando assim um ciclo que se retroalimenta. Como já foi comentado, o ECVR foi criado justamente a partir dessas interações e apoio de outros coletivos da região, e hoje faz o mesmo papel para os coletivos que estão começando.

Trabalhando com esse tipo de intervenção, o ECVR permite que coexistam diferentes olhares sobre seu espaço, trazendo uma nova vitalidade para ele. E que, no meio da aceleração do cotidiano, possa “presentear a vida com o inesperado”.

(...) a festa marca os parênteses no ritmo do trabalho; representa uma oportunidade de libertação; comporta gratuidade, abundância e alegria, em oposição ao utilitarismo pragmático; dá outro sentido e valor ao tempo, mesmo que efêmero; vincula os membros de um grupo e regenera a identidade; segue algumas regras e protocolos, sem tirar a espontaneidade, a dimensão dramática e a imaginação criativa; é contrária à passividade e ao distanciamento [é essencialmente participativa], é um ato de consciência e cria um entorno estético e lúdico. A soma desses aspectos evidencia a sua intenção transformadora. (SANSÃO, 2014, p. 85)

Porém, no processo de afirmar esse espaço cultural como um local aberto, de todos, é claro que conflitos podem ser gerados a partir disso. Mendonça me relatou durante a entrevista que no início muitos ainda não entendiam o que acontecia no local, e até mesmo por isso costumavam ter uma abordagem policial mais frequente, questionando-os qual era o evento que estava acontecendo e se tinham

autorização. E ao longo do tempo, quando o ECVR começou a participar mais de reuniões de bairro, de grupos de segurança na região, etc, eles foram se integrando dentro de um núcleo as atividades do espaço começaram a ser reconhecidas e terem outra visibilidade.

Por mais que hoje em dia o espaço tem um maior reconhecimento tanto por parte das autoridades, quanto da população local, as situações de disputas de território ainda ocorrem e sempre estarão presente, seja com os vendedores ambulantes ou organizadores que realizam festa no espaço - até mesmo durante o isolamento social na pandemia - sem comunicar previamente.

Quem sempre viveu nas "zonas de tensão" já aprendeu faz tempo como trabalhar com os conflitos, afinal não ter conflito só é conveniente numa imagem límpida fabricada marketing urbano para aparecer nos cartões-postais, que tentam mascarar a verdadeiras desigualdades da cidade. Para citar Paola Berenstein Jacques, "talvez seja o caso de pensarmos a ideia de resistência exatamente em termos de desacordo, dissenso e desentendimento" (2009) e de vermos a própria arte como possibilidade de explicitar estes conflitos escondidos.

Em relação a isso, Mendonça diz que:

Não chega a ser problema, mas gera um desconforto. Pois muitas vezes a produção dos eventos tem um custo alto, e é orientado que quem tem interesse de vender algo lá avise antes, pois quando é feito de forma clandestina prejudica todo o desenvolvimento da produção. Eu entendo também que o viaduto é uma área pública, eu não sou dono daquele local, então não tenho direito de ficar chateado com alguém que vá fazer um evento lá, mas eu procuro manter uma agenda. É complicado, mas reconheço minhas limitações e faço o que posso com elas. Problemas sempre vão ter, internos ou externos, é algo normal para o desenvolvimento do espaço, mesmo com essas polarizações tudo acaba sendo bem resolvido. (MENDONÇA, id.ibid. 2022)

Por essas falas podemos ver como as disputas sempre serão uma questão para um espaço público, mas que elas não precisam necessariamente ser um problema, já

que na realidade as disputas e negociações da territorialidade são a base das ocupações, onde os diversos significados do local acabam se incorporando. Afinal, "A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos". (CHAUÍ apud JACQUES, 2009)

Porém, aconteceram situações complicadas quando o território deixou de poder ser devidamente ocupado por causa da pandemia.

A pandemia afetou em todos os sentidos, inclusive na própria questão do território e da ocupação, pois como não estávamos muito presentes ou pessoas vieram expandir seus interesses no local, foi um momento onde a ganância começou a imperar. (...) da parte física, se não fosse alguns equipamentos nossos que ainda estavam lá, de repente a gente não conseguiria manter o local, até pela questão do suborno e do submundo [que ronda a região]. (MENDONÇA, id.ibid. 2022)

E além da preocupação de saúde no meio do isolamento, e de uma possível perda do local, a pandemia de COVID-19 afetou financeiramente todos aqueles envolvidos com o ECVR, já que o setor cultural foi justamente um dos mais afetados, sendo o primeiro a parar e o último a voltar. E os trabalhadores da cultura, que muitas vezes não têm salário fixo, e só recebem quando organizando ou participando de eventos, ficaram sem rumo, diante de todos os outros problemas de saúde física e mental que já estávamos todos enfrentando.

E somente a partir da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que diversos espaços culturais, projetos, produtores, artistas, etc, puderam se manter durante esse tempo tão sombrio. E como os eventos em si não estavam acontecendo, os espaços que tiveram que ser ocupados foram os virtuais.

No início de 2021, o recurso da Aldir Blanc foi destinado especialmente à manutenção do espaço, a criação de novas maneiras de gerar alguma renda e a expansão do projeto do ECVR através das mídias sociais. Com isso, foram criados a rádio, o site, o podcast, a websérie e a loja do Viaduto de Realengo, produtos que alcançaram pessoal de fora do estado e até mesmo do outro lado do planeta.

Além de melhorar a condição da renda, da manutenção e da expansão na internet do ECVR, essa retomada em 2021 foi também muito importante para o resgate da memória. Como já comentei no capítulo 1 desta pesquisa, uma das ações feitas foi a renovação dos grafites nos contêineres utilizados no Viaduto, e em um deles, Aloysio Fialho Gomes foi homenageado e lembrado pela sua importância no bairro, mesmo que poucos conheçam o Viaduto por este nome oficial que também foi dado em homenagem ao jornalista. Também durante a produção do podcast “Vozes de Realengo”¹² um dos temas centrais foram as memórias que cada um dos convidados tem com o ECVR, e como a presença do espaço cultural foi importante na trajetória de cada um deles. Além da Websérie “Uma Ponte Cultural”, onde o fio condutor foi realizar uma retrospectiva da história do ECVR, de 2013 até 2021, quando foi gravado.

Como o próprio Oberdan fala durante a Websérie “o futuro é justamente esse, fortalecer a nossa memória, perceber nossas realizações, e materializar nossas expectativas”. E para conseguir alcançar esse futuro é preciso de luta, mas também de vigilância para a ajuda do poder público.

“(…) porque a gente já faz, independente se tem alguém olhando, se tem algum edital, a gente já faz por natureza, e a gente percebe que é mesmo a política pública e até mesmo a “política de bairro” que acaba sendo separatista, ao invés de ser uma política de unir pontes. E isso também atrapalha muito, e faz com que demore todo o desenvolvimento. E espero que agora com essa transição de governo consigamos recuperar tudo isso que foi separado da gente, mas é necessário ter um olhar mais cuidadoso e atenção do poder público, pois só ele tem o poder de trazer essas melhorias” (MENDONÇA, id.ibid. 2022)

Para complementar essa fala, trago outra da produtora cultural, MC, ativista e parceira do ECVR: Marcele Oliveira. Ela afirma que “o viaduto vai estar lá, a gente estando ou não, mas ele muda a partir do momento que a gente ocupa, se envolve e acredita que o Viaduto é realmente a ponte”.

¹² Link para todos os episódios do podcast no YouTube:
https://youtube.com/playlist?list=PLn4QB4ZgighDS_yX10lzxBH9dEiQtpHQN

Além de ter seu trabalho reconhecido pelo poder público como ação local, o ECRV também recebeu outros prêmios como o “Influenciadores Sociais contra o Racismo” em 2018 e a medalha do “Mérito Cultural Carioca” em 2021. Porém, por mais legítimo e gratificante que seja, esse não é o único tipo de apoio público que o espaço precisa para de fato estar na ativa, ainda mais para um ano tão importante quanto 2023, onde serão comemorados os 10 anos do espaço.

Sabemos que o futuro que almejamos para o Viaduto não será construído sozinho, mas o importante é ir atrás e saber aonde queremos chegar. Nos seus depoimentos para Websérie, Vandrê Nascimento e Isabella Leal comentam que o futuro que eles querem para o ECVR é um que seja conectado com o passado (o movimento de rua, do rap, que está lá desde o início) e também um onde possamos falar das nossas potências muito mais do que de nossas carências. Frases poderosas que resumem como queremos seguir, com o apoio do poder público e da nossa comunidade, para que possamos não só sonhar, como realizar.

REFLEXÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre os entrelaçamentos da cultura popular com a territorialidade, e para isso se propôs a analisar o Espaço Cultural Viaduto do Relengo - ECVR, situado no bairro com o mesmo nome. Para isso acionamos a temáticas como o resgate à memória de um bairro suburbano, o acesso e o fazer cultural dos moradores da região (que muitas vezes são produtores e artistas, mas que nem se reconhecem como tal), sobre o senso de comunidade que é criado através da cultura e também sobre a importância do apoio e reconhecimento estatal esses espaços culturais.

Como pesquisadora e também, como moradora do bairro desde que nasci, busquei focar na relação que os frequentadores e parceiros do ECVR tem, não somente com o local em si, mas também em como as atividades ali feitas têm enorme importância para apoiar e fomentar a criação de outros coletivos. E ao tentar ser mais abrangente possível, o quesito social dos temas tratados acabou sendo mais aprofundado que o artístico e político.

Pois, mesmo um dos pilares do ECVR sendo o hip-hop (principalmente através da discotecagem e das batalhas de rima), o espaço se mostrou tão diverso que resolvi falar mais sobre essa pluralidade do que focar nessa base, que claramente tem uma grande importância não somente para o Viaduto, como também para seus criadores.

Já na parte política, foi essencial reconhecer a relevância das políticas públicas que realmente atendam as necessidades de todo o município, não apenas ao centro e à Zona Sul. Durante a conversa com o Oberdan Mendonça pude perceber como o edital “Prêmio de Ações Locais” foi um fator fundamental nas mudanças de rumo do ECVR, trazendo um novo reconhecimento e infraestrutura para o local, demonstrando como é através das lutas e da pressão da sociedade organizada que a política se adequa a novas realidades, sendo esta pauta algo que gostaria de estudar mais a fundo no futuro.

Outro tópico importante para o trabalho foi o de buscar mais autores brasileiros que discutam essas abordagens. Os textos de Marilena Chauí, Rogerio Haesbaert e José Magnani, lidos durante as aulas da faculdade, foram de grande importância para perceber que esse era realmente o caminho que eu gostaria de seguir com a minha monografia e ver como era possível abordá-los teoricamente através da territorialização que ocorre num espaço como o ECVR, que se elevam além do espaço físico e vão para o campo das relações de comunidade são construídas ali, e como de as atividades ocorridas nele promovem a verdadeira democracia cultural, que abrangem as mais diferentes e novas formas artísticas de se expressar, dando voz àqueles que muitas vezes não são ouvidos.

E mesmo com os conceitos trabalhados por pensadores franceses, como os de espaços heterotópicos, de Foucault, e de capital cultural, de Bourdieu (que foram bem importantes nos meus estudos em Produção Cultural e também em estudos acadêmicos no geral) foi possível trazê-los para a realidade do objeto de estudo. Pois seguir a lógica contrária, que é muitas vezes o que a democratização da cultura faz - de tentar nos encaixar numa realidade acadêmica e eurocentrada - iria contra o objetivo de estudar o ECVR através da visão de democracia cultural que vem sendo formada no bairro de Realengo.

E nesse aspecto, o livro “O Corpo Encantado das Ruas”, de Luiz Antonio Simas - que também foi indicado em sala de aula - foi essencial para trazer esse novo olhar afetivo sobre a rua e o subúrbio, e me inspirou para dar o nome ao trabalho final de “Cultura na Fresta”, que representa bem a resistência dos fazedores de cultura do subúrbio.

Após estes estudos, foi possível ampliar e complexificar a visão que eu mesmo ainda estava aprendendo a ter sobre o local onde eu moro. Para isso foram importantes o trabalho/pesquisa de campo realizados e a inserção na comunidade, mas que também acaba se inserindo nessa comunidade de apoio e construção coletiva. Assim como todos aqueles que se tornam frequentadores do ECVR e conseqüentemente de diversos outros espaços culturais da região.

Começamos 2023 com a esperança de re-valorização da cultura através da mudança do governo federal, da volta do ministério da cultura, e de importantes leis emergências, como Lei Paulo Gustavo, e as de repasses anuais, como a Lei Aldir Blanc 2, cujos os editais serão lançados ainda esse ano. Essas políticas públicas serão essenciais, não só para os locais e projetos que já existem poderem se reerguer financeiramente, mas também para inspirar novos espaços a serem criados, de preferência de maneira descentralizada e diversa.

A experiência de vivenciar o ECVR (e até mesmo ter trabalhado lá durante o período da criação da Websérie “Uma Ponte Cultural”, citada no último capítulo) foi o que mais me surpreendeu e me deu forças durante toda essa jornada, que começou com muitos percalços ainda durante a pandemia e com um governo extremamente ignorante em relação à cultura, dois âmbitos onde a produção cultural estava sendo diretamente atacada, mas que agora termina com a esperança para acreditar e querer fazer parte de um novo futuro que se construindo para a cultura em nosso país, nossas cidades e também - porque não - em nossos bairros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. BERENSTEIN, Paola. “Notas sobre espaço público e imagens da cidade”. Revista Arquitextos - Vitruvius. v.110, n.2, ano 2009. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>
2. BERTOLDI, Elizabeth; GUIMARÃES, Nathália. “Realengo: a construção de um bairro e as correntes que divergem sobre a origem de seu nome”. Revista Gnarus. v. 1 n.1 (2012). <<https://www.gnarus.org/no-1>>
3. BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição. pp. 71-79.
4. CANEDO, Daniele. “Mais definições em trânsito: Democratização da Cultura”. UFBA, 2007.
5. CHAUI, Marilena. “Cultura e Democracia”. CyE, Ano 1, N° 1 (2008) pp. 53 - 76
6. FOUCAULT, Michel. “De Outros Espaços”. Cercle d'Études Architecturales. 1967, Paris.
7. HAESBAERT, Rogério. “Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade”. Porto Alegre, 2004.
8. JIMAGNANI, José. “Jovens paulistanos: formas de uso e apropriação do espaço urbano na metrópole.” In: ROCHA, E.; ALMEIDA, M.I.; EUGENIO, F. (orgs.). Comunicação, consumo e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens. Rio de Janeiro: PUC, Mauad, 2006.
9. MENDONÇA, Oberdan. Depoimento concedido à autora, em 30 de novembro de 2022, no Rio de Janeiro.
10. PAZ, Ermelinda Azevedo. “As Pastorinhas de Realengo”. Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1987
11. ROLNIK, Raquel. “Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano”. *Indisciplinar*, 5(1), 18–43. 2019.

12. ROSA, Sandro. *“Cultura Sob o Viaduto”*. Dissertação de mestrado, apresentado ao PPPCULT, UFF, 2019.
13. SANSÃO, Adriana. *“Amabilidade Urbana”*. URBS - Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales. v.2, n.1, p. 69-93. (2014)
14. SILVA, Gilda. *“Capital Cultural, Classe e Gênero em Bourdieu”*. INFORMARE - Cad. Prog. Pós-Grado Ci. Inf., v.I, n.2, p.24-36 (1995)
15. SIMAS, Luiz Antonio. *“O Corpo Encantado das Ruas”*. 7a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
16. VIANA, Claudis Gomes de Aragão. *“Realengo e a Escola Militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano”*. v. 1 n. 2 (2009).
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62784>
17. WEBSÉRIE: VIADUTO Realengo. Uma Ponte Cultural - Episódios 1 ao 4. Youtube, 30 de março de 2021. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=5sX_iqdDUQ4&list=PLn4QB4ZgjhC15Hz6NcNENex4Oxz1pYC4
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>

Páginas da Internet Pesquisadas:

1. <https://www.facebook.com/centromrp/photos/a.382054998540690/384562434956613/>
<https://extra.globo.com/noticias/rio/zona-oeste/lona-cultural-gilberto-gil-em-realengo-ja-teve-nome-de-capelinha-5972023.html>
2. <https://extra.globo.com/noticias/rio/zona-oeste/realengo-ganha-um-novo-viaduto-5473996.html>
3. <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/f07213b0e6379e72032579a4005c735d?OpenDocument>
4. <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/15/interna-brasil.743133/atacada-em-2011-escola-de-realengo-mudou-desde-recepcao-at-e-as-aulas.shtml>